



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

APROVADO

Data: 30 / 10 / 2025

Assinatura

PLCE Nº 6/2025

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO

DATA DE PROTOCOLO: 09/10/2025

Nº DE ORIGEM: PLC Nº 06/2025

Cód. 03.00.02.06 - VC - P

Norma:

LEI COMPLEMENTAR
Nº 131/2025

Ementa (assunto):

Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, § 5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 5, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.

Autoria:

Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza.

Distribuído em:

09/10/2025

Para as Comissões:

1, 2 e 7

Prazo das Comissões:

03/11/2025

Prazo fatal:

Turnos de votação:

1 (urn)

Observações:

Mauvária Absoluta p/ votação

Anotações:

09/10/2025 - Projeto protocolado, distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 20/10/2025).

13/10/25 - Parecer jurídico = Possibilidade (12)

20/10/25 - Pareceres C1, 2, 7: favorável (14)

24/10/25 - Incluído na Ordem do Dia (17)


30/10/25 - Projeto aprovado p/ 13x0 (18)



Ofício nº 468/2025 – GP

Jacareí, 08 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Paulo Luís Santos
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Jacareí/SP

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ	
PROTOCOLO GERAL Nº <u>960</u>	
DATA <u>08</u> / <u>10</u> / 20 <u>25</u>	
	
FUNÇÃO	

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho, em anexo, o Projeto de Lei Complementar n.º 06/2025 para apreciação dos Senhores Vereadores.

Projeto de Lei Complementar n.º 06/2025 – Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, §5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.

Sendo o que nos compete para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Respeitosamente,



CELSON FLORENCIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Jacareí



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06, DE 08 DE OUTUBRO DE 2025.

APROVADO

Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, §5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE para a comunicação entre o Município de Jacareí, inclusive suas autarquias, e os sujeitos passivos dos tributos municipais, das tarifas, dos preços públicos, sanções pecuniárias e demais interessados, por meio eletrônico, conforme disposto no art. 26, §5º e art. 82, inc. III, do Código Tributário Municipal.

Art. 2º A utilização do DTE observará a forma, as condições e os prazos estabelecidos em regulamento, sendo obrigatório o credenciamento para:

- I - pessoas jurídicas;
- II - condomínios edifícios residenciais e comerciais;
- III - delegatários de serviços públicos que prestem serviços notariais e de registro;
- IV - advogados regularmente constituídos em processos e expedientes administrativos;



V - empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, não enquadrado como Microempreendedor Individual;

VI - leiloeiros.

§ 1º Os sujeitos passivos dos tributos municipais não elencados no *caput* poderão, facultativamente, requerer seu credenciamento no Domicílio Tributário Eletrônico – DTE.

§ 2º Excetua-se da obrigação prevista no inciso I do *caput* os Microempreendedores Individuais - MEI, enquanto optantes pela sistemática prevista no artigo 18-A da Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º Poderão se cadastrar, ainda, outros destinatários além daqueles previstos no *caput* deste artigo, no interesse da Administração Municipal, conforme disposto em normas regulamentadoras.

Art. 3º O credenciamento, para pessoas jurídicas, será realizado mediante o uso de certificado digital emitido conforme os critérios estabelecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-BRASIL), e para pessoas físicas, por meio da utilização da plataforma “gov.br”, sem prejuízo do uso de certificado digital se o possuírem.

§ 1º No ato de credenciamento, será fornecido um meio de acesso ao sistema que permita comprovar a autoria, a emissão e o recebimento das comunicações, notificações e intimações, independentemente da efetiva leitura.

§ 2º A senha de segurança é intransferível, sigilosa e de inteira responsabilidade do usuário que a cadastrou, não se admitindo alegação de uso indevido em qualquer hipótese.



§ 3º Efetuado o credenciamento, o usuário terá acesso à caixa postal, que possibilitará a consulta eletrônica às comunicações enviadas pela Administração Municipal.

§ 4º O credenciamento será único por Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e válido para todos os estabelecimentos vinculados à mesma raiz de CNPJ, inclusive para aqueles que tiverem sua inscrição concedida após o credenciamento do CNPJ principal.

§ 5º Após o credenciamento no Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico – DTE ocorrerá a adesão do usuário ao DTE, mantido pelo Município de Jacareí e suas Autarquias.

§ 6º O credenciamento no Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico – DTE será irrevogável para os sujeitos passivos dos tributos municipais e demais interessados elencados no *caput* do art. 1º desta Lei Complementar e terá prazo de validade indeterminado, perdurando o cadastro até o encerramento das atividades e/ou extinção da inscrição mobiliária que deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 7º O usuário cuja adesão não seja obrigatória poderá, a qualquer momento e sem necessidade de justificativa, optar pelo encerramento das comunicações, notificações e intimações por meio eletrônico.

Art. 4º O credenciamento das pessoas indicadas nos incisos do *caput* do art. 2º desta Lei Complementar, ainda que gozem de imunidade ou isenção tributária, seguirá programação estabelecida em normas regulamentadoras.

§ 1º O credenciamento ocorrerá:

I - com o primeiro acesso do usuário ao Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico – DTE ; ou

II - de ofício, se não houver acesso dentro do prazo previsto na programação definida pelas normas de regência.

§ 2º A programação que trata o *caput* deste artigo deverá estabelecer o prazo para proceder ao credenciamento no DTE, os atos administrativos passíveis de comunicação e a data para início da expedição dos comunicados.

§ 3º O credenciamento de ofício será efetuado pela Administração Municipal com base nos dados cadastrais disponíveis na Secretaria de Finanças ou equivalente, notificando-se o interessado da realização desse ato administrativo por um dos meios de notificação previstos na Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992 – Código Tributário do Município de Jacareí/SP.

Art. 5º Após o credenciamento, as comunicações previstas no art. 7º desta Lei Complementar serão feitas por meio eletrônico, e, subsidiariamente, no interesse da Administração, pelas seguintes formas de comunicação:

I - pessoal;

II - via postal;

III - publicação no Boletim Oficial do Município



Art. 6º A assinatura eletrônica da Pessoa Jurídica é aquela que possibilita a identificação inequívoca do signatário e utiliza certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP–Brasil, nos termos da Lei federal específica, na seguinte conformidade:

I - o certificado digital deverá ser do tipo A1, A3 ou A4 e conter o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - será exigido um certificado digital para cada raiz do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

Art. 7º As comunicações de que trata essa Lei Complementar incluem:



I - notificações e intimações;

II - avisos em geral;

III - demais comunicações previstas em normas complementares;

IV - autos de infração.

§ 1º O Município, inclusive suas Autarquias, poderá realizar todas as comunicações conforme disposto no *caput*, para todos os efeitos legais.

§ 2º A comunicação eletrônica entre o Município ou suas Autarquias e terceiros poderá ser efetuada mediante autorização do usuário no Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico - DTE.

Art. 8º A comunicação pelo Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico - DTE considerar-se-á realizada:

I - no dia da consulta eletrônica ao teor da comunicação, na hipótese de realização da consulta em dia útil;

II - no primeiro dia útil seguinte ao da consulta eletrônica ao teor da comunicação, na hipótese de realização da consulta em dia não útil;

III - em dez dias, contados da data do envio da comunicação, na ausência de consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§ 1º A contagem do prazo fixado no inciso III deste artigo será contínua, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.



§ 3º A comunicação efetuada por meio do Sistema de Domicílio Tributário Eletrônico – DTE será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

Art. 9º A Administração Municipal poderá estabelecer fase transitória, na qual as comunicações disponibilizadas no DTE terão caráter apenas informativo, indicando a data a partir da qual as comunicações produzirão efeitos jurídicos.

Art. 10. Os documentos eletrônicos transmitidos conforme estabelecido nesta Lei, com garantia de autoria, autenticidade e integridade, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 11. O Município poderá, por Lei específica, conceder incentivos para a adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico - DTE.

Art. 12. Esta Lei Complementar poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal, inclusive quanto às normas para adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico - DTE junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2025

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí



MENSAGEM

Tenho a honra de submeter à análise dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei, que Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, §5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 05, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.

O Código Tributário do Município de Jacareí/SP, após recente alteração, em seu artigo 26, § 5º, passou a autorizar a adoção do Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) pela Fazenda Municipal, o qual deve ser instituído por Lei Complementar, desta forma, a presente proposta visa instituir o Domicílio Tributário Eletrônico.

O Domicílio Tributário Eletrônico já se encontra implantado com êxito em outras esferas do Poder Público, evidenciando a eficácia de sistemas eletrônicos semelhantes. No âmbito federal, a Receita Federal utiliza o Domicílio Tributário Eletrônico; nos Estados, como São Paulo e Minas Gerais, há soluções equivalentes; e, no plano municipal, cidades como São Paulo e Curitiba adotam o Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC), sistema semelhante.

O principal objetivo deste Projeto de Lei é criar um canal oficial de comunicação eletrônica, construindo uma ponte direta entre o Município e seus contribuintes ou responsáveis tributários. O Domicílio Tributário Eletrônico viabilizará notificações e o envio de documentos de modo seguro, ágil e eficiente, promovendo a integração tecnológica na Administração Municipal e a desburocratização de procedimentos.

Além disso, a medida facilitará o acesso a informações e serviços públicos, fortalecerá a transparência na relação entre governo e população e garantirá um meio seguro e rastreável para comunicações oficiais, preservando a integridade e a autenticidade das comunicações e mitigando atrasos típicos de correspondências físicas.

O Domicílio Tributário Eletrônico consolida-se como uma ferramenta estratégica e essencial para a modernização da gestão fiscal, exercendo impacto direto e altamente positivo sobre a saúde financeira do Município e de suas Autarquias. Ao aprimorar os canais de comunicação e simplificar os procedimentos de cobrança e pagamento de débitos, o



Domicílio Tributário Eletrônico atua como um eficiente instrumento de redução da inadimplência, promovendo o aumento consistente e sustentável da arrecadação tributária.

Essa otimização de receita fortalece não apenas a administração direta, mas também amplia a capacidade financeira das Autarquias Municipais, que passam a contar com processos de recebimento mais ágeis e eficazes. A emissão eletrônica de notificações de débitos, avisos de vencimento e orientações para sua regularização garante aos contribuintes informações rápidas, seguras e transparentes.

Adicionalmente, a medida reduz o uso de papel, com reflexos ambientais positivos e a diminuição de custos operacionais, além de fomentar a inclusão digital ao ampliar os canais de interação com o Poder Público.

Para resguardar a realidade operacional dos Microempreendedores Individuais (MEI), esclarece-se que a adoção do Domicílio Tributário Eletrônico não será obrigatória para esse público, podendo ser adotada de forma facultativa.

Sendo assim, o presente Projeto alinha-se aos princípios da eficiência administrativa, transparência e modernização tecnológica e está em conformidade com a Lei Federal nº 14.129/2021 (Governo Digital), que estabelece diretrizes para ampliar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. A iniciativa propicia comunicação mais eficaz e segura e contribui para uma cidade mais conectada, sustentável e participativa.

Destaca-se que o presente Projeto está em consonância com a Agenda 2030, atingindo o seguinte Objetivo de Desenvolvimento Sustentável:



Por fim, ressalta-se que este Projeto de Lei possui sólido escopo legal, conforme dispõem o inciso I do art. 30 da Constituição Federal, art. 60 e incisos I e III do art. 61 da Lei nº 2.761 de 31 de março de 1990, Lei Orgânica do Município de Jacareí.



Justificado nestes termos, a fim de que a proposta possa alcançar plenamente os seus objetivos, o Projeto de Lei é encaminhado para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa.

Gabinete do Prefeito, 08 de outubro de 2025.



CELSO FLORENCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

12.4
SAJ

Referente: PLCE nº 06/2025 - Projeto de Lei Complementar do Executivo.

Autoria do projeto: Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza

Assunto do projeto: Institui o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, §5º e do art. 82, inciso III, da Lei complementar nº 5/1992 – Código Tributário do Município de Jacareí.

PARECER Nº 367. 1/2025/SAJ/WTBM

Ementa: Domicílio Tributário Eletrônico – DTE.
Comunicação por meio eletrônico. Art. 30, I e II, CF.
LF 14.129/2021. LCM 5/92 Possibilidade.

I. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei Complementar do Executivo, de iniciativa do Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza, que visa instituir o Domicílio Tributário Eletrônico – DTE no Município de Jacareí, para fins de comunicação entre a Administração Tributária Municipal e os contribuintes, por meio eletrônico.

2. A proposta busca modernizar a gestão fiscal, conferir maior transparência, agilidade e segurança às comunicações oficiais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital).

V9



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

SAJ

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

3. Primeiramente, destacamos que a matéria tratada está de acordo com os incisos I e II, do artigo 30, da Constituição Federal de 1988, que assim estabelece:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; "

4. A iniciativa também se ampara na Lei Orgânica do Município de Jacaréi, especialmente nos arts. 60 e 61, incisos I e III, que autorizam o Prefeito a propor leis relativas à estrutura administrativa e matéria tributária.

5. O projeto encontra respaldo jurídico no art. 82, inciso III, da Lei Complementar nº 5/1992 que determina que a legislação tributária regulará por meio de Domicílio Tributário Eletrônico – DTE. Como também no art. 26, § 5, que dispõe:

" § 5º A Fazenda Municipal poderá adotar o domicílio tributário eletrônico (DTE), a ser instituído por Lei Complementar. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 128/2025 "

6. A proposta está alinhada aos princípios da eficiência, e legalidade e publicidade art. 37, caput, da CF), além de atender às diretrizes da Lei Federal nº 14.129/2021, que prevê a digitalização dos serviços públicos e a ampliação da comunicação eletrônica entre o poder público e os cidadãos.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

FOLHA

134
SAJ

7. A implantação do Domicílio Tributário Eletrônico representa medida de modernização administrativa, garantindo comunicações seguras, rastreáveis e juridicamente válidas, com redução de custos e maior celeridade nos processos fiscais.

III. DA CONCLUSÃO


8. Salientando que não cumpre a esta Secretaria de Assuntos Jurídicos a manifestação sobre o mérito da proposta, não identificamos impedimentos jurídicos ou formais para a tramitação do presente Projeto de Lei, estando conforme com as disposições legais e constitucionais vigentes.

9. A propositura deverá ser submetida às Comissões de a) Constituição e Justiça, b) Finanças e Orçamento e c) Desenvolvimento Econômico.

10. Este é o parecer, opinativo e não vinculante.

11. À Secretaria Legislativa, para prosseguimento.

Jacaréi, 13 de outubro de 2025


WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Cód. 01.00.10.05 - 1C -



PARECER DA COMISSÃO 1-CCJ **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PLCE Nº 006/2025 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO	
ASSUNTO:	Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, § 5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 5, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.
AUTORIA:	Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
DANIEL MARIANO (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
MARCELO DANTAS (Relator)	<input type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacareí, 20 de outubro de 2025.

CONCLUSÃO:

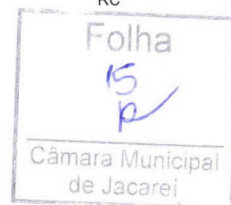
Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. () Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C -



PARECER DA COMISSÃO 2-CFO
FINANÇAS E ORÇAMENTO

PLCE Nº 006/2025 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO	
ASSUNTO:	Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, § 5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 5, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.
AUTORIA:	Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
JEAN ARAÚJO (Presidente)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
MARCELO DANTAS (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
NETHO ALVES (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacareí, 20 de outubro de 2025.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário.

() Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.10.05 - 1C

RC

Folha

16
R

Câmara Municipal
de Jacaréi

PARECER DA COMISSÃO 7-CDE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLCE Nº 006/2025 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO	
ASSUNTO:	Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, § 5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 5, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacaréi.
AUTORIA:	Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza

Nos termos regimentais, tendo a propositura discriminada em epígrafe sido remetida para avaliação da Comissão Permanente de **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, os integrantes do colegiado se manifestam conforme abaixo:

Vereador	Voto	Assinatura
MARCELO DANTAS (Presidente)	<input type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR (Relator)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	
JEAN ARAÚJO (Membro)	<input checked="" type="checkbox"/> Seguir ao Plenário <input type="checkbox"/> Arquivar	

Justificativa: _____

Câmara Municipal de Jacaréi, 00 de outubro de 2025.

CONCLUSÃO:

Diante das manifestações acima, a propositura deverá ser:

(X) Encaminhada ao Plenário. () Arquivada.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Cód. 01.00.08.04 - 1C - E

Assunto: PAUTA RESUMIDA PARA A 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2025

Data: 30/10/2025 (quinta-feira)

Início: 09 horas

Senhor(a) Vereador(a),

Por ordem do Presidente desta Casa Legislativa, o Vereador Paulo Luis Santos, observadas as disposições legais e regimentais vigentes, informo a pauta resumida para a Sessão Ordinária acima referida:

- Ato Solene de entrega da Laureia de Honra ao Mérito "Prefeito Dr. Thelmo de Almeida Cruz", nos termos do Decreto Legislativo nº 326, de 06/06/2012, e suas alterações;
- Uso da Tribuna Livre pela Senhora Maria Thereza Ferreira Cyrino, Coordenadora de Projetos - Coordenadoria Geral de Ensino Médio e Técnico da Administração Central do Centro Paula Souza - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, para falar sobre o tema "FATEC Prof. Francisco de Moura - Mobilização e Criação";
- Discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia;
- Leitura e votação dos trabalhos legislativos;
- Uso da Tribuna pelos Vereadores no horário dos Temas Livres.

➤ **ORDEM DO DIA:**

1. Discussão única do PLL nº 110/2025 - Projeto de Lei do Legislativo

Autoria: Vereadora Maria Amélia.

Assunto: Declara de utilidade pública o Instituto Desportivo MIN'NA.

2. Discussão única do PLCE nº 6/2025 - Projeto de Lei Complementar do Executivo

Autoria: Prefeito Municipal Celso Florêncio de Souza.

Assunto: Institui o Domicílio Tributário Eletrônico - DTE para comunicação por meio eletrônico, nos termos do art. 26, § 5º e do art. 82, inc. III, ambos da Lei Complementar nº 5, de 28 de dezembro de 1992, Código Tributário do Município de Jacareí.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Pauta resumida para a 34ª S.O. - 30/10/2025 - fls. 02/02

➤ **ORDEM PARA VOTAÇÃO NOMINAL E PARA TEMAS LIVRES:**

- | | | |
|--|--------------|---------------------|
| 1... JUEX ALMEIDA..... | PP | (LEITURA DA BÍBLIA) |
| 2... LUÍS FLÁVIO - FLAVINHO..... | PT | |
| 3... MARCELO DANTAS | PODEMOS | |
| 4... MARIA AMÉLIA..... | PSDB | |
| 5... NETHO ALVES | PL | |
| 6... PAULINHO DO ESPORTE..... | PODEMOS | |
| 7... PAULINHO DOS CONDUTORES | PODEMOS | |
| 8... SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR | PL | |
| 9... VALMIR DO PARQUE MEIA LUA | PP | |
| 10... DANIEL MARIANO | PL | |
| 11... GABRIEL BELÉM | PSB | |
| 12... HERNANI BARRETO | REPUBLICANOS | |
| 13... JEAN ARAÚJO | PP | |

Câmara Municipal de Jacareí, 24 de outubro de 2025.

Felipe Santos de Lima
Felipe Santos de Lima
Secretário-Diretor Legislativo

Folha

179

Câmara Municipal
de Jacareí



Câmara Municipal de Jacareí

Praça dos Três Poderes,
74 - Centro, Jacareí - SP



RELATÓRIO DE VOTAÇÃO

34ª SESSÃO ORDINÁRIA de 30 de outubro de 2025

ORDEM DO DIA

2.PLCE Nº 006/2025 - PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO

Início sessão: 30/10/2025 09:06

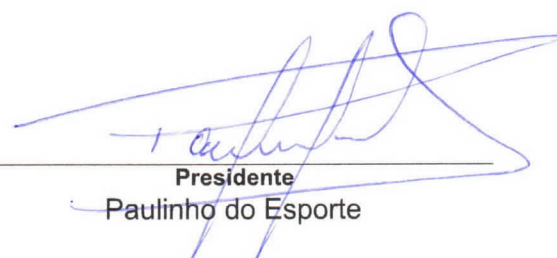
Término sessão:

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

EMENTA: INSTITUI O DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO - DTE PARA COMUNICAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO, NOS TERMOS DO ART. 26, § 5º E DO ART. 82, INC. III, AMBOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1992, CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ.

VOTAÇÃO			PRESIDENTE VOTA		TIPO VOTAÇÃO	RESULTADO VOTAÇÃO
INÍCIO	TERMINO	DURAÇÃO	SIM		NOMINAL	APROVADO
11:53	11:55	00:01:07				
PRESENTES: 13		SIM	NÃO	ABSTEVE	TOTAL	QUORUM
AUSENTES: 0		13	0	0	13	Maioria Absoluta

PARLAMENTARES	PARTIDO	VOTO	HORARIO	OBS.
NETHO ALVES	PL	SIM	11:54	...
VALMIR DO PARQUE MEIA LUA	PP	SIM	11:54	...
DANIEL MARIANO	PL	SIM	11:53	...
GABRIEL BELÉM	PSB	SIM	11:53	...
HERNANI BARRETO	REPUBLICANOS	SIM	11:54	...
JEAN ARAÚJO	PP	SIM	11:53	...
JUEX ALMEIDA	PP	SIM	11:54	...
LUÍS FLÁVIO (FLAVINHO)	PT	SIM	11:53	...
MARCELO DANTAS	PODEMOS	SIM	11:54	...
MARIA AMÉLIA	PSDB	SIM	11:53	...
PAULINHO DOS CONDUTORES	PODEMOS	SIM	11:54	...
PAULINHO DO ESPORTE	PODEMOS	SIM	11:54	...
SIUFARNE DO CIDADE SALVADOR	PL	SIM	11:54	...


Presidente
Paulinho do Esporte